



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE BIODIVERSIDADE
DEPARTAMENTO DE ÁREAS PROTEGIDAS

Reunião de Dirigentes/Gestores Estaduais de Unidades de Conservação

01 de agosto de 2018, 17:00 – 19:00

IX Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação – Florianópolis/SC

Memória da Reunião

1. Abertura da Reunião

A reunião foi conduzida pelo Sr. João Paulo Sotero, Diretor do DAP/SBio/MMA, que na abertura dos trabalhos informou que o objetivo da reunião é de se aproximar dos estados, especificamente, dos órgãos ambientais estaduais responsáveis pela gestão das unidades de conservação para discutir temas referentes a criação e implementação das unidades de conservação, criando um canal de comunicação entre o DAP, órgão responsável pela coordenação do SNUC e estados.

2. Apresentação individual dos presentes

Nesse momento, os participantes se apresentaram e informaram os estados que estavam representando, assim como o número de UCs geridas pelo referido órgão:

Pará: 26 UCs; **Espírito Santo:** 17 UCs; **Mato Grosso;** **Santa Catarina:** 10 UCs; **Paraíba:** 15 UCs; **Rio de Janeiro:** 39 UCs (administra 37); **Acre:** 22 (9) UCs; **Bahia:** 45 UCs; **Minas Gerais:** 94 UCs (2,6 milhões ha, IEF); **Mato Grosso do Sul:** 107 UCs (10 Estaduais); **Rondônia:** 51 UCs; **Tocantins:** 3 UCs; **Pernambuco:** 80 UCs; **Ceará:** 23 UCs (SEMA); **Rio Grande do Sul:** 23 UCs.

3. Apresentação sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação

Na sequência João Paulo realizou uma apresentação aos presentes, onde mencionou o marco legal referente ao SNUC e sobre a Meta 11 de Aichi, destacando o alcance do percentual de proteção dos ecossistemas e das estratégias variadas para esse alcance e os desafios envolvidos. Além disso, informou sobre o Projeto Áreas Protegidas Locais e a importância dos estados em relação a implementação do projeto, que visa melhorar as condições dos governos locais para conservar a biodiversidade por meio de uma gestão efetiva e equitativa das áreas protegidas e outras medidas de conservação baseada em áreas.

Em seguida, foram apresentados os dados que constam no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação – CNUC, atualmente:

- 2201 UCs cadastradas (até 30/07/18) – totalizando uma área de 2.498.195 Km²;
- 365 órgãos gestores: 38 Estaduais, 326 municipais e 1 federal.

Segundo Sotero, um dos grandes desafios do CNUC é aumentar o número de unidades de conservação municipais cadastradas. Ademais, precisamos conhecer melhor a realidade das UCs dos estados e municípios para dimensionarmos o tamanho desse desafio de implementar o sistema.

Em continuidade, foram apresentados os desafios e as oportunidades do ponto de vista do MMA:

- **Desafios:**
 - ✓ Integrar o Sistema Nacional;
 - ✓ Implementar as UCs (efetividade);
 - ✓ Criar novas UCs em biomas pouco representativos (considerando as Áreas Prioritárias para a Conservação);
 - ✓ Conectar ações e medidas de conservação entre os ecossistemas – planejamento integrado (fortalecer mecanismos como mosaicos);
 - ✓ Divulgar a importância ambiental, social e econômica das áreas protegidas: comunicar melhor o SNUC à sociedade.

- **Oportunidades: campo “Finanças”**
 - ✓ Recursos nacionais;
 - ✓ Compensação Ambiental;
 - ✓ Conversões de Multa;/
 - ✓ Financiamentos Externos.

- **Oportunidades: em nível de Sistema**
 - ✓ Aperfeiçoamento de troca de experiências;
 - ✓ Ampliação do processo de Capacitações (em níveis de Sistemas, Gestores, Conselhos);
 - ✓ Fortalecimento na gestão do território.

4. Discussão

Após a apresentação realizada pelo diretor, os estados foram convidados a se pronunciarem:

Minas Gerais: reconheceu que há um grande distanciamento entre os estados e o MMA, mas salientou que foi importante a articulação entre estes para criação de nova UC no estado, onde o processo foi iniciado por uma provocação vinda do MMA para o estado. Registrou ser de grande importância ter um canal de comunicação entre os estados e MMA e entre os próprios estados.

Rio de Janeiro: destacou que falta a troca de experiência entre os estados e informou que participa de uma experiência interessante no âmbito da implementação do CAR/SFB, onde possuem um canal de troca de experiências entre os órgãos gestores, com encontros anuais sobre o CAR, que pode ser aproveitada a experiência para articulação sobre áreas protegidas. O estado tem um mecanismo para execução e monitoramento de recursos de compensação que pode ser compartilhado com demais estados.

Acre: solicitou que o MMA compartilhe com estados oportunidades e possibilidades de acesso a novos recursos, que por vezes não são comunicados aos estados.

Pará: parabenizou o MMA pela iniciativa de organizar a reunião e salientou ser importante a proposta de realizar a troca entre os órgãos gestores. Informou que já existe uma rede de comunicação com, aproximadamente, 150 gestores de UC, por meio do whatsapp. É uma rede virtual – Rede Nacional de Gestores de UC – RENAGUC, que se organizaram por iniciativa própria e que tem sido um canal extremamente interesse para troca e comunicação. Aproveitou e convidou outros estados para participar. Além disso, consultou quanto à existência de uma nova plataforma do CNUC. Parabenizou a execução de novos projetos como o SNUC/LifeWeb e salientou a importância da troca de experiências sobre plano de manejo com ICMBio. Sugeriu que seja estabelecido um canal para troca mais constante para a interação entre os órgãos gestores. Sugeriu que seja fomentada a troca de experiências sobre a compensação e maior aproximação entre MMA e órgãos gestores. Acrescentou que há, também, uma dificuldade para os estados se

comunicarem e articularem com municípios, sendo esse um esforço importante para comunicação. Sugeriu a realização de um evento presencial até o final do ano. Ademais, acrescentou que é importante ter ferramentas disponíveis aliadas a mesma estratégia, as quais podem contemplar redes sociais para aqueles que tiverem afinidade para com a rede já existente e um portal oficial.

Bahia: o estado não tem conseguido avançar na execução dos recursos de compensação, em função de dificuldade relacionada a insegurança jurídica. O estado tem dificuldades relacionadas à plano de manejo, por exemplo, considerando o quadro reduzido de funcionários. O Instituto tem como prioridade a fiscalização e licenciamento, o que limita de sobremaneira a implementação das UCs. A aproximação maior com outros estados e MMA deve ajudar o estado a avançar.

Tocantins: solicitou que os estados sejam consultados ou convidados para destinação de recursos de compensação. O estado sofre pressão política e descontinuidade, sendo importante a proximidade com o MMA para dar maior respaldo.

Santa Catarina: destacou que é importante realizar a articulação. O MMA parece articular apenas no nível federal e muito pouco com estados, porém acredita que o ministério tem grande potencial e oportunidade para criar a ponte entre a união e os órgãos gestores. Há metas de restauração pactuadas no nível internacional e que devem ser cumpridas, inclusive pelos estados que não tem recursos e equipe para tanto. Concluiu solicitando que se implemente as interações entre os entes federativos, e se mantenha a memória, visto que há grandes mudanças de equipes.

Rondônia: sugeriu estabelecer um portal para registro e efetivar o grupo, sendo que opções de rede social podem ser relevantes para troca entre os técnicos, mas é frágil para manter o registro e institucionalizar. Relatou que o canal pode ajudar em situações como as questões do Terra Legal, que tem indicado áreas sobre unidades de conservação e não se tem clareza em como o estado pode lidar com isso. Sugeriu começar com tema de compensação e abordar outros temas posteriormente.

Espírito Santo: sugeriu que sejam convidados representantes das procuradorias dos estados para discussão de temas que os envolva, como compensação, com isso as discussões podem ser mais efetivas.

Após as falas supramencionadas, João Paulo Sotero sugeriu que o diálogo seja organizado, podendo inclusive utilizar-se das estruturas e proximidade dos projetos, iniciando o diálogo a distância.

Nesse sentido, foi proposto criar um Fórum de Dirigentes do SNUC, de caráter permanente, para promover a comunicação, a troca de experiências entre os gestores e formuladores de políticas de forma continuada. Além disso, o fórum terá como papel fortalecer a articulação institucional para promover o SNUC. Ressaltou-se a necessidade de planejar o fórum para que se tenha continuidade dos trabalhos nos próximos ciclos de governo, considerando os pontos-chave: *evitar descontinuidade de esforços; há ciência de que o período não é o mais favorável, mas é preciso aproveitar o diálogo já desenvolvido até o presente momento.*

Após essa discussão, os participantes presentes aprovam de modo unânime a criação do **Fórum Permanente de Dirigentes do SNUC** (nome ainda a definir), já com o indicativo de reunião dentro dos próximos meses, em Brasília, por ser geograficamente central e baratear custos de deslocamento dos participantes.

Em continuidade, discutiu-se, brevemente:

- **Com quem dialogar:** apontou-se a necessidade de, sempre que possível, garantir o envolvimento de servidores efetivos, para garantir a continuidade das discussões;

- **Como dialogar:** foi sugerido Facebook, mas alguns estados têm dificuldade de acesso e não é considerado uma ferramenta institucional. A representante da Paraíba acrescentou que a ABEMA tem um espaço na nuvem para compartilhamento de materiais.
- **O que abordar:** Foram sugeridos os temas:
 - sustentabilidade financeira: compensação ambiental, captação de recursos;
 - uso público e concessões de serviços em UC;
 - criação de UCs – utilização do mapa de áreas prioritárias;
 - arranjos de gestão integrada;
 - integração de sistemas de informação (CNUC, SAMGe, Terra Legal);
 - integração de sistemas de comunicação;
 - troca de experiências com apresentação de municípios emblemáticos (experiências do projeto áreas protegidas locais).

Após o debate, é importante registrar algumas questões em aberto trazida pelos estados para o MMA:

- Como ficaram os produtos do “novo CNUC” pelo MMA? A expectativa é de que haja uma grande possibilidade de melhora e integração entre gestores a partir do fortalecimento desse banco de dados;
- Compensação ambiental: há uma grande possibilidade de maior participação dos Estados no acesso à Compensação Ambiental Federal e, principalmente, a possibilidade de aplicação de recursos de modo complementar e integrado, sobretudo se considerarmos a continuidade entre UCs federais e estaduais. Os estados estão criando seus Fundos de Compensação Ambiental e o desenho federal pode “aterrissar” ou acrescentar ao mecanismo dos estados.

5. Encaminhamentos

- DAP propõe comunicar à ABEMA quanto à criação do Fórum, solicitando apoio e enfatizando tratar-se de um canal de diálogo mais específico, e que não conflita com pautas e instâncias já existentes, sendo complementar aos existentes;
- MMA irá enviar comunicado aos presentes na reunião, solicitando a indicação de nomes para estabelecer o Fórum, com a indicação de sugestões de temas a serem abordados;
- MMA irá compartilhar com Wendel Andrade do IDEFLORBio/PA contatos dos participantes para que ele os convide a participar da rede já existente no WhatsApp;
- Realizar um evento presencial até o final do ano em continuidade a esse primeiro encontro.